



RELATÓRIO ESPECIAL

Crise do Mercosul: Presidência pro tempore da Venezuela

Buenos Aires-São Paulo, setembro de 2016

d+i desenvolvendo
ideias

LLORENTE & CUENCA

I. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO
 2. ASPECTOS FORMAIS VERSUS ASPECTOS POLÍTICOS
 3. RELAÇÕES HEMISFÉRICAS VERSUS REGIONAIS
 4. ENTÃO, O QUE ACONTECE COM A "CLÁUSULA DEMOCRÁTICA"?
 5. DIREITOS HUMANOS E QUALIDADE DEMOCRÁTICA, EIXO DO DEBATE
 6. A NECESSIDADE DE CONSENSO
 7. O PAPEL DO MEDIADOR
- AUTORES

O Mercosul está atravessando uma de suas mais complexas crises políticas desde a fundação, há 25 anos. É evidente que o Cone Sul está se transformando politicamente. Com a vitória de Mauricio Macri na Argentina e o impeachment de Dilma Rousseff no Brasil, o qual alçou Michel Temer a presidente da República, estamos diante de uma mudança de orientação política na região e de uma nova consolidação na estrutura do poder. O Brasil, que era o grande jogador regional, está condicionado pelo impacto que a destituição de Dilma pode acarretar, tanto interna quanto externamente. A ex-presidente foi acusada de realizar manobras fiscais para maquiagem o relatório das contas públicas de sua gestão em 2014 e 2015, a fim de garantir a própria reeleição.

Diante dessa situação, a América Latina alterna entre o apoio e o repúdio ao processo, levando a divisões internas no Mercosul. No primeiro grupo encontra-se a Argentina, que descreveu o julgamento de Dilma como um "processo constitucional", e no segundo caso está a Venezuela, que classificou a decisão do Senado brasileiro de golpe de Estado. Enquanto isso, o Uruguai expressou dúvidas em relação ao processo sem, no entanto, chamá-lo "golpe".

No âmbito internacional, a questão já mencionada é agravada pela decisão do Uruguai, de 29 de julho, de deixar a representação do bloco ao término de seu mandato pro tempore de seis meses. Neste momento, a Venezuela, país a quem corresponderia assumir a condução, em virtude da ordem alfabética estipulada para a rotação da presidência, anunciou aos demais parceiros que iniciaria seu mandato, apesar de não ter havido nenhum ato de transferência, como a tradicional cúpula de presidentes, e apesar da oposição da Argentina, do Brasil e do Paraguai, que consideram vaga a presidência.

Argentina, Brasil e Paraguai denunciam o descumprimento, por parte de Caracas, dos compromissos de adesão ao bloco e questionam a qualidade da democracia do país caribenho, ponto a partir do qual passaram a considerar vaga a condução do Mercosul. Nesse contexto, desconhecem ações e convocatórias resultantes da Venezuela, trazendo impacto à aliança.

Assim, o bloco se vê imerso em uma paralisia institucional. E, agora, debate a primazia entre os aspectos estritamente formais do direito internacional e as boas práticas em contraposição ao contexto político do momento e, portanto, à conveniência ideológica de seus pares.

¹ Não houve transferência formal por não se realizar nenhuma reunião do Conselho, Cúpula de Chefes de Estado (protocolo padrão para a transferência) ou comunicação a respeito a partir dos outros países. Outro argumento é que o país não cumpriu todos os requisitos para se tornar um membro permanente do bloco econômico.

“Paraguai, Argentina e o executivo brasileiro sustentam que há um ‘vazio’ no mandato do Mercosul”

2. ASPECTOS FORMAIS VERSUS ASPECTOS POLÍTICOS

De acordo com o Tratado Constitutivo e o Tratado de Ouro Preto do Mercosul, a presidência pro tempore passa a ser exercida em duas condições: o tempo, de seis meses, e por ordem alfabética. O artigo 5 do Protocolo de Ouro Preto afirma que “a Presidência do Conselho do Mercado Comum será exercida por rotação entre os Estados-Membros, em ordem alfabética, por um período de seis meses”.

Da mesma forma, as decisões no interior do bloco se dão por consenso, o que significa que basta um Estado não estar de acordo para que uma situação não se resolva. Os governos do Paraguai, Argentina e do Brasil sustentam que há um “vazio” no mandato do Mercosul porque, segundo estes, não houve consenso na eleição que, por direito, deveria corresponder à nação de Bolívar.

Qual o debate, no fundo? Em termos econômicos, se poderia pensar que estes três vizinhos estariam buscando maneiras de captar a condução do bloco regional no momento em que o Mercosul e a União Europeia finalizam detalhes para chegar a um Acordo de Livre Comércio, cuja consolidação será crucial para as negociações neste semestre.

Os governos de Mauricio Macri (Argentina) e de Michel Temer (Brasil), principais países da organização, querem mudar a linha de ação adotada pelo bloco econômico nos últimos 12 anos, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, considerada mais política do que comercial. Impedir que a Venezuela assuma a presidência do Mercosul é o primeiro passo nessa direção.

Por outro lado, os chefes de Estado da chamada “Tríplice Aliança”, como se referiu o presidente venezuelano Nicolás Maduro, questionam a qualidade democrática do país caribenho em seus discursos. Em sua campanha eleitoral, acompanhado por Lilian Tintori (mulher do preso político venezuelano Leopoldo López), o presidente da Argentina, Mauricio Macri, anunciou que, se eleito, iria procurar a aplicação da “cláusula democrática” no caso venezuelano. Ao assumir, o presidente argentino reafirmou suas palavras.

3. RELAÇÕES HEMISFÉRICAS VERSUS REGIONAIS

A fim de estreitar os vínculos com os sócios regionais e internacionais, a Argentina tem se mostrado e é percebida pelo

“Esses encontros têm como propósito agilizar os mecanismos para avançar em direção à concretização de um acordo entre o Mercosul e a União Europeia”

velho continente como um ator-chave para a reativação do regionalismo e do multilateralismo. Isso fica evidenciado nas visitas de altos funcionários da Comissão Europeia realizadas nos últimos meses. A mais recente, no último dia 22 de agosto, se deu quando o chefe do Parlamento Europeu, Martin Schulz, se reuniu com Mauricio Macri e outros membros do Poder Executivo e do Legislativo da Argentina.

Essa visita se soma à de outros funcionários do órgão executivo da UE, entre eles, a de Federica Mogherini, alta representante para Relações Exteriores e Política de Segurança e vice-presidente da comissão, e de membros da mesa diretora da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento Europeu. Além disso, foram registrados os encontros que o presidente da Argentina teve com autoridades da União Europeia em julho passado, ao lado de sua chanceler, Susana Malcorra, durante visita a Bruxelas.

Com a mudança de governo, o bloco europeu pareceu haver encontrado um parceiro estável na nova administração de Mauricio Macri, não apenas para outras partes do mundo, mas também para seus pares regionais, especialmente em um contexto de incerteza com a crítica situação que o Mercosul atravessa e o governo de Temer na outra potência regional, o Brasil.

Esses encontros têm como propósito agilizar os mecanismos

para avançar em direção à concretização de um acordo entre o Mercosul e a União Europeia, postergado há 20 anos, enquanto se estudam alternativas para potencializar o investimento e o emprego. O principal objetivo, no curto prazo, é finalizar as negociações comerciais entre os dois blocos.

Nesse sentido, durante sua visita a Schulz, Macri destacou o papel da Argentina para acelerar a tomada de decisões após desbloquear o processo de negociação e para alcançar uma parceria que inclua o livre comércio entre os dois organismos internacionais. No entanto, para finalizar o acordo, é preciso que duas condições sejam cumpridas: que os Estados-membros do Mercosul se alinhem e definam uma nova condução do bloco, e o bloco Europeu avance em direção a uma resolução que vá além da oposição de alguns de seus Estados-membros (em relação às posições heterogêneas dos países da UE sobre a proteção de seus mercados, especialmente o agrícola).

Por outro lado, a União Europeia deverá considerar se está inclinada a pactuar como bloco ou celebrar um acordo com as restrições que cada Estado-membro deseje respeitar, em relação a cada aspecto específico. Essas decisões ficarão à mercê da vontade política, em um momento em que o bloco precisa redefinir suas relações internacionais, após o anúncio da saída do Reino Unido da União Europeia.

“O governo do Brasil também quer mudar a orientação de que as negociações comerciais devem ser realizadas, preferencialmente, por meio da Organização Mundial do Comércio (OMC)”

Para alcançar os objetivos anteriormente mencionados, cabe destacar a visita do vice-presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI), Roman Escolano, durante este mês, e da comissária para o Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PMEs, Elzbieta Biekowska, em dezembro. Enquanto isso, a Argentina aguarda a aprovação dos Estados Unidos para ingressar como membro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), um clube de países que tem apenas o Chile como representante da América do Sul. Essa incorporação foi solicitada em junho pelos ministros argentinos das Relações Exteriores, Susana Malcorra, e da Fazenda e Finanças, Alfonso Prat-Gay.

O governo dos EUA é o mais relutante a aceitar novos membros. Até o momento, o pleito argentino só conseguiu aval de Reino Unido, França, Itália, Portugal, Chile e México. O processo de adesão geralmente não leva menos de três anos e deve ser aceito por 35 países do agrupamento, mais a União Europeia, onde a Argentina também precisa do apoio dos Estados-membros.

Essa situação será definida no início de outubro, quando a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) já tiver passado por Buenos Aires. Estima-se que, após

a revisão do artigo IV, se remova a moção de censura que paira sobre o país desde o início de 2013 pela distorção dos dados de crescimento econômico e inflação.

Do mesmo modo, finalizado o processo de impeachment de Dilma Rousseff, o governo brasileiro desejará iniciar a revisão da regra segundo a qual qualquer acordo comercial fechado pelos países do Mercosul exige consenso entre os sócios do bloco econômico.

Na avaliação do governo Temer, esse mecanismo tem impedido as negociações comerciais entre o Brasil e o resto do mundo. O governo brasileiro também quer alterar a orientação de que as negociações comerciais devem ser realizadas, preferencialmente, por meio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Além de Macri, o Brasil espera contar com o apoio do presidente do Paraguai, o empresário Horacio Cartes, para levar adiante essas mudanças no funcionamento do Mercosul.

4. ENTÃO, O QUE ACONTECE COM A “CLÁUSULA DEMOCRÁTICA”?

O protocolo garante que a cláusula pode ser aplicada “em caso de ruptura da ordem democrática em qualquer” dos

“A Organização dos Estados Americanos (OEA), um conjunto de 15 países (incluindo o Uruguai), os EUA pediram às autoridades venezuelanas para continuar, “sem demora”, o processo do referendo revogatório”

Estados-membros do bloco regional. A aplicação da norma prevê medidas que vão desde a “suspensão do direito de participar dos diferentes órgãos” do Mercosul até a suspensão dos “direitos e obrigações decorrentes desses processos”.

O documento explica que, em caso de ruptura da ordem democrática, os demais membros do bloco “promoverão as consultas pertinentes entre si e com o Estado afetado”, embora, no caso de essas negociações falharem, os países “considerarão a natureza e o alcance das medidas a serem aplicadas, tendo em conta a gravidade da situação existente”.

Acontece que no interior do bloco não houve consenso para aplicar a cláusula à Venezuela. A proposta contou com a recusa do Uruguai e, uma vez que essa medida só pode ser aplicada por consenso entre os Estados-membros do bloco, dificilmente prosperará. Por essa razão, Brasil, Paraguai e Argentina pressionam para que Maduro não assuma a presidência do bloco regional até que se realize o plebiscito revogatório exigido pela oposição.

5. DIREITOS HUMANOS E QUALIDADE DEMOCRÁTICA, EIXO DO DEBATE

À A potência hemisférica, os Estados Unidos, observa a situação do sul do continente e se envolve com cautela. Na semana passada, o porta-voz do Departamento de Estado Norte-Americano, Elizabeth Trudeau, pediu ao governo de Nicolás Maduro que liberte o líder do Partido Vontade Popular, Leopoldo López. A partir da Organização dos Estados Americanos (OEA), um conjunto de 15 países (incluindo o Uruguai), os EUA pediram às autoridades venezuelanas para continuar, “sem demora”, o processo do referendo revogatório contra seu atual presidente. O grupo de países expressou a expectativa de que a consulta “contribuirá para uma resolução rápida e eficaz das atuais dificuldades políticas, econômicas e sociais” da Venezuela.

Por sua parte, o presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), Tibisay Lucena, anunciou que o recolhimento dos 4 milhões de assinaturas necessários para legitimar a consulta se dará no fim de outubro, o que impediria a realização do

“Um colapso venezuelano teria repercussões para todo o norte da América do Sul. Especialmente para a Colômbia, em cuja pacificação os Estados Unidos estão mais do que comprometidos.”

referendo em 2016, como pede a oposição. Se o referendo for realizado antes de 10 de janeiro de 2017, e Maduro perder, haverá eleições. Mas se forem realizadas mais tarde, e o governante for destituído, este será substituído por seu vice-presidente, Aristóbulo Istúriz Almeida².

A abertura dos Jogos Olímpicos foi a desculpa para que os presidentes fundadores do Mercosul, com exceção do Uruguai, se reunissem para dialogar a respeito da crise venezuelana – e também aproveitassem a visita do secretário de Estado americano, John Kerry, à Argentina e ao Brasil. A situação do Mercosul foi um dos temas da reunião que Michel Temer e seu ministro das Relações Exteriores, José Serra, tiveram com Kerry durante a cerimônia de abertura do evento, no Rio de Janeiro.

É necessário, também, destacar dois outros fatores que afetam a decisão de salvaguardar a cautela democrática. Um colapso venezuelano teria repercussões para todo o norte da América do Sul. Especialmente para a Colômbia, em cuja pacificação os Estados Unidos estão mais do

que comprometidos. Além disso, com o surgimento de distúrbios na capital venezuelana, o atual candidato do Partido Republicano à Presidência dos Estados Unidos, Donald Trump, teria outro argumento para punir a política externa de seus rivais.

6. A NECESSIDADE DE CONSENSO

Diante da situação de eventual acefalia no bloco, propôs-se, como alternativa, a criação de uma comissão de embaixadores dos países-membros do Mercosul para assumir a presidência semestral em substituição ao país caribenho, até que seja a vez de a Argentina assumir a liderança. Embora esteja longe da rotina, não seria a primeira vez que ocorre uma situação não regulamentada em relação ao repasse da liderança regional.

Recordemos que entre 2013 e 2014, quando o Paraguai foi suspenso do bloco e se permitiu a entrada da Venezuela no organismo³, o país caribenho esteve à frente do Mercosul por um ano. Um dos motivos foi

² É um funcionário de livre nomeação e exoneração pelo presidente da República. Não pode ter nenhum grau de parentesco com o mandatário. Também pode ser destituído por mais de dois terços da Assembleia Nacional mediante moção de censura. Se, ao longo do mandato presidencial de seis anos, se aprovam moções de censura a mais de três vice-presidentes, o presidente tem o poder de dissolver o Parlamento.

³ Em 2013, o Paraguai, que em meados de 2012 havia sido suspenso do Mercosul em decorrência da destituição do ex-presidente Fernando Lugo, após um julgamento político do Parlamento, ainda não havia se unido ao bloco. As presidentes Cristina Fernández de Kirchner (Argentina) e Dilma Rousseff (Brasil) tomaram a decisão de suspender o Paraguai, que, em seguida, se juntou ao Uruguai, tendo José Mujica como presidente. Essa mudança permitiu que a Venezuela – barrada pelo Senado paraguaio – ingressasse no Mercosul como membro pleno.

“O representante uruguaio permaneceu firme em sua postura diante da pressão do Brasil, Paraguai e Argentina, impedindo que a suspensão se tornasse efetiva”

a não realização de reuniões entre os presidentes, e, portanto, a condução do bloco não foi renovada. Enquanto isso, a Venezuela continuou presidindo o Mercosul sem que a formalidade fosse questionada – o que demonstra que, naqueles tempos, a política prevalecia acima dos estatutos.

Dois anos mais tarde, com a decisão do Uruguai de transferir a presidência, a Venezuela encontrou resistência em seus parceiros regionais para assumir o comando. Argentina, Brasil e Paraguai afirmam que, acima da rotação semestral e alfabética, está a exigência de que a decisão deve ser tomada, indefectivelmente, “por consenso”; algo que hoje parece muito difícil de alcançar.

Como parte dessa paralisia institucional, os delegados dos países fundadores procuram outros argumentos para justificar, a partir da jurisprudência, a incapacidade do país liderado por Nicolás Maduro de assumir a liderança. No dia 12 de agosto foi realizada uma reunião de coordenadores do Brasil, Argentina e Paraguai, na qual se analisou o nível de cumprimento das normativas do Mercosul por parte da Venezuela.

Técnicos dos governos do Paraguai, Argentina e Brasil iniciaram a análise das 400 regras e 50 acordos que o país deveria cumprir para se tornar um membro pleno do Mercosul, os quais expiraram em 12 de agosto.

O não cumprimento desses compromissos significaria a expulsão da Venezuela como membro da organização internacional. Acreditava-se que essa situação seria definida no último dia 23 de agosto, quando os coordenadores nacionais do bloco se reuniram novamente para buscar uma solução para a presidência temporária da Venezuela. Mas a posição firme do Uruguai deixou o corpo de coordenadores novamente sem consenso, e, portanto, o Paraguai não conseguiu obter a exclusão da Venezuela (resultado que esperava) e seu desligamento pleno da liderança do bloco. O representante uruguaio permaneceu firme em sua postura diante da pressão do Brasil, Paraguai e Argentina, impedindo que a suspensão se tornasse efetiva.

Depois de uma reunião difícil, o encontro terminou sem avanços concretos, e a decisão foi adiada por alguns meses. A ideia de prorrogar a definição até dezembro foi considerada, o que daria tempo à Venezuela para atender às demandas do Protocolo de Adesão do bloco ou dar espaço para a convocação de um referendo revogatório. Como alternativa, enquanto a acefalia perdurar, um “calendário de reuniões” foi projetado para tratar de questões de interesse dos sócios.

Por outro lado, a estratégia venezuelana foi convocar nova reunião de coordenadores, um dia depois. A convocatória não

“Outra das propostas que estão sendo avaliadas é a possibilidade de rebaixar a posição da Venezuela na organização, para evitar que Nicolás Maduro assuma, de fato, o cargo”

permitirá alcançar nenhum tipo de consenso, já que o país conta apenas com o apoio do Uruguai e da Bolívia, mas abriria um precedente em sua intenção de fazer uso da condição de presidente pro tempore e expor ainda mais a divisão estabelecida no interior do bloco.

De acordo com um comunicado da chancelaria brasileira⁴, acordos de suma importância ainda precisam ser adotados, como o de Complementação Econômica (ACE) nº 18 da ALADI; o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, assinado em 2002; e o Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, assinado em 2005⁵.

No último dia 17 de agosto, após reunir-se com líderes da oposição na Venezuela, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Serra, novamente manifestou o entendimento de que o país não cumpria com os requisitos para unir-se ao bloco comercial e até cometia violação dos direitos humanos. Acrescentou, além disso, que o Brasil está negociando com outros países uma fórmula para bloquear o trabalho realizado até janeiro pelo bloco, quando será a vez

de a Argentina assumir a presidência. Outra das propostas que estão sendo avaliadas é a possibilidade de rebaixar a posição da Venezuela na organização, para evitar que Nicolás Maduro assuma, de fato, o cargo.

Entretanto, o prazo para que a Venezuela fosse incorporada, formalmente, como presidente do Mercosul foi cumprido. Enquanto isso, rejeita-se, a partir do país caribenho, a suposição de não cumprimento dos compromissos e se destaca que ele tem acompanhado e, na maioria dos casos, ultrapassado os Estados-membros na incorporação de grande parte do compêndio normativo do bloco ao seu fórum interno.

Da mesma forma, a República Bolivariana da Venezuela acusa Argentina, Brasil e Paraguai de formar uma “Tríplice Aliança”⁶ para atacar o país, fazendo “prevalecer preferências políticas e ideológicas neoliberais sobre os interesses dos povos e seus processos de integração”.

Enquanto os três países fundadores do bloco regional tentam avançar em uma solução para o funcionamento normal do sistema de integração, a Venezuela já assumiu a transferência. A partir

⁴ <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14596-estado-da-implementacao-do-protocolo-de-adesao-da-venezuela-ao-mercosul>

⁵ Cabe destacar que, em setembro de 2013, a Venezuela abandonou o sistema de Justiça interamericano. A partir de então, a Corte Interamericana de Direitos Humanos perdeu sua jurisdição sobre Caracas.

⁶ Em referência à coalização formada por Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai na guerra conhecida como a Tríplice Aliança, ocorrida em meados do século 19.

“A chanceler argentina, Susana Malcorra, deixou escapar que estavam avançando na montagem de um mecanismo que permita a intervenção do Vaticano”

do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores da Venezuela, tornou público o cronograma preliminar de atividades para o restante de 2016, no qual Caracas é anfitriã da maioria das reuniões e atividades.

7. O PAPEL DO MEDIADOR

Diante da resistência para que a Venezuela continue, delegados do Brasil e do Paraguai, em sua busca por somar argumentos para negar a legitimidade da presidência venezuelana, aumentam a pressão sobre Buenos Aires e Montevidéu. Assim, apelando a um dos princípios que inspiram Estados à resolução pacífica de suas controvérsias⁷, a Argentina estaria considerando a possibilidade de uma mediação papal em relação ao assunto.

Em meados de agosto, a chanceler argentina, Susana Malcorra, em declarações dadas à imprensa, deixou escapar que o país estava avançando na montagem de um mecanismo que permitiria a intervenção do Vaticano para destravar a situação do bloco regional. A intenção seria organizar uma mediação papal, em que Francisco atuaria como facilitador para alcançar um diálogo entre o governo e a oposição na Venezuela. Ao aceitar,

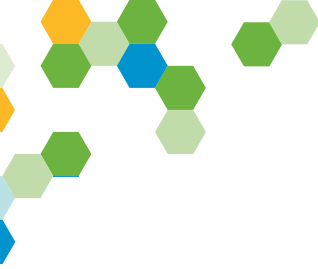
o mediador teria a faculdade de propor uma base de acordo às partes, sem caráter obrigatório para estas. Isto é, tendo em conta suas posições, seria apresentada uma proposta para a resolução da controvérsia e sobre a qual teriam de se pronunciar, e a partir da dita proposta tentar chegar a um acordo entre elas.

Após a aproximação conseguida entre os EUA e Cuba, Sua Santidade poderia voltar a ocupar um papel diplomático na região. Se concretizado, seria a segunda vez que os países do Cone Sul abraçariam a mediação papal desde a resolução do conflito fronteiriço no Canal de Beagle, entre Argentina e Chile, que contou com a atuação do Papa João Paulo II, em 1978.

Apesar de haver expressado disposição de contribuir para o diálogo, formalmente o Vaticano não recebeu nenhum pedido especial para mediar o conflito, nem por meio da Nunciatura nem da Secretaria de Estado, segundo informou o porta-voz da Santa Sé, padre Federico Lombardi, no fim de julho.

No entanto, dada a incerteza sobre qual nação e por quanto tempo esta deveria assumir a liderança, reforça-se uma terceira alternativa neutra para resolver a paralisia institucional do

⁷ De acordo com o direito internacional público, os Estados, como soberanos, podem recorrer à negociação, às boas práticas, à mediação, à investigação, à conciliação, à arbitragem, à resolução judicial ou às organizações internacionais regionais ou universais para resolver seus conflitos de maneira pacífica. As partes podem eleger qualquer um dos mecanismos existentes para a solução pacífica dos litígios, sem que nenhum prevaleça sobre o outro.



“Os Estados fundadores (com exceção do Uruguai) se mantêm firmes em sua postura de rejeitar a Venezuela como interlocutor válido”

bloco. Dessa maneira, a decisão final não implicaria custo político para nenhum dos Estados fundadores, especialmente a Argentina, onde Macri abriria mão do peso de ter de assumir posições mais duras.

Até o momento, os Estados fundadores (com exceção do Uruguai) se mantêm firmes em sua postura de rejeitar a Venezuela como interlocutor válido para as ações do bloco, motivo pelo qual se escolheu avançar, sem sua participação, nas negociações com a União Europeia e com a Aliança do Pacífico. Nesse sentido, durante a última reunião de coordenadores, o Uruguai foi escolhido para coordenar as ne-

gociações com o bloco europeu, enquanto o Paraguai se encarregará dos esforços de gestão para vincular-se ao bloco do Pacífico. Assim, a Venezuela ostenta uma presidência simbólica do Mercosul, enquanto Montevidéu permanece como sede.

Em resumo, a situação atual parece apresentar três cenários futuros para alcançar uma saída do impasse: validar a inconformidade do Protocolo de Adesão da Venezuela ao bloco e, assim, alcançar sua exclusão; deixar transcorrer três meses até que corresponda à Argentina assumir a liderança da organização; ou invocar formalmente a mediação da Santa Sé no conflito.

Autores



Marco Antonio Sabino é sócio e presidente da S/A LLORENTE & CUENCA. É jornalista (Cáspér Líbero) e advogado (USP), com pós-graduação em comunicação organizacional (USP). Especialista em temas econômicos, legais e governamentais, tem vasta experiência no desenvolvimento de planos de comunicação para o governo e para empresas multinacionais. Como parte de sua experiência profissional, Marco Antonio Sabino trabalhou como superintendente de comunicação do Grupo Telefônica no Brasil, foi diretor de jornalismo na rádio e na TV Bandeirantes, jornalista e editor da revista Exame e repórter especial da TV Globo.

masabino@llorenteycuenca.com



Pablo Abiad é sócio e diretor-geral da LLORENTE & CUENCA Argentina. É advogado especializado em direito penal (UBA) e jornalista (TEA). Especialista em comunicação institucional e relações públicas, desenvolveu estratégias para a reputação corporativa para grandes companhias argentinas e estrangeiras. Trabalhou por mais de 15 anos no jornal Clarín, onde esteve encarregado da cobertura de temas judiciais e colaborou com outros meios de comunicação argentinos e do exterior. É autor de dois livros de jornalismo investigativo e participa de palestras sobre jornalismo em várias partes do país e da região. Ingressou na LLORENTE & CUENCA em 2009.

pabiad@llorenteycuenca.com

S/A LLORENTE & CUENCA

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio fundador e presidente
jalloriente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e diretor geral corporativo de
Talentos, Organização e Inovação
acorujo@llorenteycuenca.com

Tomás Matesanz
Diretor geral corporativo
tmatesanz@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e diretor geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero
Sócio e diretor geral
gpanadero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CEO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO DE TALENTO

Daniel Moreno
Diretor de Talento
dmoreno@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Gerente de Talento
para Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Eva Pérez
Gerente de Talento
para América do Norte, América
Central e Caribe
eperez@llorenteycuenca.com

Karina Sanches
Gerente de Talento para
Cone Sul
ksanches@llorenteycuenca.com

ESPAÑA E PORTUGAL

Barcelona

María Cura
Sócia e diretora geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e vice-presidente
Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e diretor sénior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Luis Miguel Peña
Sócio e diretor sénior
lmpena@llorenteycuenca.com

Latam Desk
Claudio Vallejo
Diretor senior
cvallejo@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Ana Folgueira
Diretora geral de Impossible Tellers
ana@impossibletellers.com

Impossible Tellers
Diego de León, 22, 3º izq
28006 Madrid
Tel. +34 91 438 42 95

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00



Sergio Cortés
Sócio. Fundador e presidente
scortes@cink.es

Calle Girona, 52 Bajos
08009 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

EUA

Miami

Erich de la Fuente
Sócio e diretor geral
edela Fuente@llorenteycuenca.com

600 Brickell Ave.
Suite 2020
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

Nova Iorque

Latam Desk
Adriana Aristizábal
Consultora sénior
aaristizabal@llorenteycuenca.com

277 Park Avenue, 39th Floor
New York, NY 10172
Tel. +1 917 833 0103

Washington, DC

Ana Gamonal
Diretora
agamonal@llorenteycuenca.com

10705 Rosehaven Street
Fairfax, VA 22030
Washington, DC
Tel. +1 703 505 4211

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Cidade do México

Juan Rivera
Sócio e diretor geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, Cidade do México
Tel. +52 55 5257 1084

Havana

Pau Solanilla
Diretor geral para Cuba
psolanilla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Panamá

Javier Rosado
Sócio e diretor geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Av. Samuel Lewis
Edifício Omega - piso 6
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA

Bogotá

María Esteve
Diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Tel. +57 1 7438000

LIMA

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Humberto Zogbi
Presidente
hzogbi@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Alejandra Rivas
Diretora geral
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero – Edificio World Trade
Center – Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e gerente geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e diretor geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Daniel Valli
Diretor sénior de Desenvolvimento
de Negócios Cone Sul
dvalli@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor executivo
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801
RJ - 20011-000
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Marco Antonio Sabino
Sócio e presidente Brasil
masabino@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Diretor geral
jgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390



d+i desenvolvendo
ideias

LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Desenvolvendo Ideias é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe

Desenvolvendo Ideias.

www.desenvolvendo-ideias.com

www.revista-uno.com